



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio

Grande do Sul

Brasil

Chang de Almeida, Fábio

A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet

Estudos Ibero-Americanos, vol. 41, núm. 1, enero-junio, 2015, pp. 98-125

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134641062007>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

LAÇOS POLÍTICOS

A direita radical em Portugal: da Revolução dos Cravos à era da internet*

*The radical right in Portugal:
from the Carnation Revolution to the internet age*

*La derecha radical en Portugal:
de la Revolución de los Claveles hasta la era de internet*

Fábio Chang de Almeida**

Resumo: O presente artigo busca revisitar o desenvolvimento da direita radical em Portugal, desde a queda do regime autoritário (1974) até a era da internet, com ênfase no período entre os anos de 1984 e 2012. A análise abordou dois eixos fundamentais: a criação de organizações culturais e políticas de direita radical e a organização de grupos violentos de conotação racista e xenofóbica.

Palavras-chave: direita radical; extrema direita; Portugal.

Abstract: This paper analyzes the development of the radical right in Portugal, since the fall of the authoritarian regime (1974) until the internet age, with emphasis on the period from 1984 until 2012. The research emphasizes two main aspects: the creation of radical right cultural and political organizations; and the organization of violent racist and xenophobic groups.

Keywords: radical right; extreme right; Portugal.

Resumen: Este artículo pretende revisar el desarrollo de la derecha radical en Portugal desde la caída del régimen autoritario (1974) hasta la era de internet, centrándose en el período de 1984 hasta 2012. El análisis aborda dos ejes fundamentales: la creación de organizaciones políticas e culturales de derecha radical y la organización de grupos violentos racistas y xenófobos.

Palabras clave: derecha radical; extrema derecha; Portugal.

*Este trabalho é um resultado do financiamento do Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (PDEE/CAPES).

**Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com estágio (*Junior Visiting Fellow*) junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS/UL). Professor de História na rede municipal de ensino de Porto Alegre (SMED-POA). <changbrasil@gmail.com>.

Uma nova direita?

Michael Minkenberg propõe um conceito para a expressão “radicalismo de direita” (ou direita radical), segundo o qual o termo define uma ideologia política ou tendência baseada em ideias ultranacionalistas direcionadas contra a democracia liberal. O núcleo ultranacionalista do pensamento de direita radical consiste na construção de uma filiação nacional onde critérios étnicos, culturais ou religiosos específicos, de inclusão ou exclusão, são acentuados e condensados em ideias de homogeneidade coletiva, e normalmente ligados a modelos políticos autoritários. Pode-se considerar a “extrema-direita” como sendo um subgrupo da direita radical. Conforme Minkenberg, a diferença da expressão “radicalismo de direita” para o termo “extremismo de direita” consiste no fato de que este inclui, necessariamente, o elemento anti-constitucional: o extremista de direita posiciona-se contra a ordem constitucional democrática, apelando mais para a violência do que para a militância político-partidária. Nesta subcategoria são incluídos os grupos violentos estruturados de maneira autônoma ou em redes e ligados a determinadas subculturas¹ (MINKENBERG, 2011, p. 38-40).

O número de incidentes violentos relacionados à extrema-direita vem crescendo na Europa desde os anos 1990 (LANGENBACHER; SCHELLENBERG, 2011, p. 11-25). Ao mesmo tempo, os grupos extremistas ganharam uma importante ferramenta de divulgação com a popularização da internet. Na última década, a rede mundial de computadores configurou-se como o principal meio de comunicação da direita radical. Ferramentas mais simples para a criação de *sites* foram disponibilizadas, aumentando drasticamente o número de pessoas que se aventuraram na construção de páginas na internet (ALMEIDA, 2011b, p. 9-30). Dessa forma, grupos e indivíduos ligados ao radicalismo de direita utilizam os recursos da internet para construir uma organizada rede de comunicação: *blogs*, páginas em redes sociais, canais em *sites* de compartilhamento de vídeos e fotos, encyclopédias *online* e outros recursos se interligam formando a teia virtual da nova direita radical (ALMEIDA; CALDEIRA NETO, 2012).

¹ Uma subcultura pode ser entendida como um conjunto de crenças, práticas culturais e estilos que diferenciam um grupo de indivíduos de uma coletividade cultural maior, à qual pertencem. O conceito de subcultura foi desenvolvido a partir dos anos 1970, para caracterizar as manifestações culturais juvenis surgidas após a Segunda Guerra, tais como aquelas representadas pelos *rockers*, *mods*, *teddy boys*, *punks*, *hippies* e *skinheads*. Na concepção de Hebdige, as subculturas são formas de resistência que expressam uma tensão fundamental entre os detentores do poder e os indivíduos subordinados de “segunda classe”. Ver: Hebdige, 1991, p. 132-133.

Conforme Roger Griffin, essa nova direita radical², quando comparada com o radicalismo de direita tradicional, caracteriza-se por uma série de modificações (ideológicas, organizacionais e táticas) que são profundas o suficiente para caracterizarem um novo gênero político. Um exemplo de modificação ideológica reside no fato da nova direita radical caracterizar-se mais pela “islamofobia” do que pelo antisemitismo. A geração anterior não dava tanta ênfase à questão islâmica. A discriminação contra os muçulmanos era apenas mais uma dimensão da xenofobia, não merecendo ser considerada como uma característica básica da direita radical, mas sim uma componente do discurso anti-imigração. Todavia, especialmente após o 11 de setembro de 2001, a “ameaça islâmica” tornou-se um assunto prioritário dentro do discurso da direita radical europeia e a defesa contra a *islamização* virou ponto principal de seu ideário político (ZÚQUETE, 2011, p. 654).

A esta nova configuração da direita radical, Roger Griffin chama de “direita grupuscular”.³ Trata-se de um conjunto de pequenas entidades políticas, geralmente com poucos membros, pouca visibilidade e escasso (ou inexistente) apoio público. Apesar disso, a direita grupuscular adquire importância através da facilidade com que suas organizações conseguem criar redes e se associar com outros pequenos grupos. Tais grupos são suficientemente alinhados tática e ideologicamente para complementar as atividades uns dos outros (GRIFFIN, 2003, p. 29-30). A importância da direita radical grupuscular não deve ser medida em função do seu potencial para arregimentar uma massa de seguidores e se tornar uma força eleitoral ou revolucionária, mas sim pela capacidade de se alinhar com outros grupos e formar uma rede coesa, além de eventuais participações em episódios violentos.

A direita radical portuguesa após a Revolução dos Cravos

Portugal nunca possuiu um partido político verdadeiramente fascista. Dentre todos os grupos e grupelhos que a direita radical conseguiu criar durante o regime de Salazar, o Movimento Nacional-Sindicalista (N/S) de Rolão Preto configurou a expressão mais significativa de um movimento fascista em Portugal (PINTO, 1994, p. 16). Foi através do N/S que Portugal testemunhou o conjunto orquestrado de propaganda, uniformes, desfiles paramilitares, canções nacionalistas, ritualização do

² Roger Griffin prefere utilizar a expressão “extrema direita” ao invés de “direita radical”.

³ Não sendo, entretanto, a islamofobia uma característica apenas da direita grupuscular, mas da nova direita radical europeia em geral.

culto ao líder e os confrontos de rua, típicos dos movimentos fascistas dos anos 1920 e 30 (PINTO, 2010, p. 46). Para além do Nacional Sindicalismo, a direita radical portuguesa ocupou uma posição política periférica durante o Estado Novo. Suas principais organizações ocorreram nos meios universitários de Coimbra, Lisboa e Porto (MARCHI, 2009a, p. 109-110; 2009b; e 2009c).

Após a Revolução dos Cravos em 1974 e a queda do regime autoritário, a direita radical portuguesa buscou rearticulação através de diversas organizações. De acordo com Riccardo Marchi, a reação da direita pode ser dividida em três subperíodos, entre 1974 e 1980. Uma primeira fase, delimitada entre 25 de abril de 1974 e 11 de março de 1975, é caracterizada pela tentativa da direita radical de criar partidos políticos. A segunda fase, delimitada entre 11 de março e 25 de novembro de 1975, (período entre duas fracassadas intentonas), é caracterizada pela passagem da direita radical (aqui já como extrema-direita) à clandestinidade, pela utilização do terrorismo e pelo apoio às revoltas anticomunistas no norte de Portugal. A terceira fase é iniciada em 25 de novembro de 1975, sendo caracterizada pela retomada das ambições eleitorais da direita radical, que serão frustradas nas eleições legislativas de outubro de 1980 (MARCHI, 2012a, p. 168-169).

Inicialmente, no imediato pós-Revolução, houve a tentativa fracassada de criação de partidos políticos que reunissem as forças de direita ainda ativas e dispostas a uma reação. Embora fracassadas, tais tentativas constituíram a resposta mais imediata da direita após a Revolução dos Cravos. Com o insucesso da primeira fase, foram criados grupos clandestinos visando o combate direto às organizações de esquerda. Ações de guerrilha, bloqueios de estradas e atentados terroristas eram algumas das táticas utilizadas pelos grupos extremistas de direita do período. Em função disso, foi cunhada a expressão “verão quente de 1975”, em referência ao grande número de ataques à bomba perpetrados por tais grupos. Uma das principais organizações de extrema direita dessa fase foi o Plano Maria da Fonte. Criada por Valdemar Paradela de Abreu, o Maria da Fonte procurava aproveitar a estrutura logística da Igreja Católica em Portugal para “combater os comunistas”. Possuía seu epicentro na diocese bracarense, mas estendeu-se a seis dioceses. Muitas das ações terroristas de 1975 foram reivindicadas pelo Movimento Maria da Fonte. Considera-se que a organização tenha sido responsável por mais de cem ataques a sedes do PCP e outras instituições ligadas à esquerda (ALMEIDA, 2012, p. 199).

O Exército de Libertação Português (ELP) foi outra importante organização do período. Possuía ligações com os Comitês de Defesa da Civilização Ocidental (CODECOs). O ELP possuía membros militares e civis, e era comandado por Barbieri Cardoso, ex-subdiretor da PIDE/DGS.⁴ O ELP era treinado no norte de Portugal e na Espanha, sob a conivência do regime de Franco. O grupo teve suas lideranças identificadas e passou a sofrer repressão do Estado em 1975. Muitos de seus membros foram detidos e a organização perdeu força (ALMEIDA, 2012, p. 198). Muitas vezes o ELP atuou de maneira orquestrada com o Movimento Democrático de Libertação de Portugal (MDLP), liderado pelo exilado general António Spínola, a partir da Espanha e do Brasil. A associação do ELP com o MDLP gerou uma onda de violência terrorista contra alvos relacionados à esquerda política de Portugal. Em 21 de julho de 1975, tiveram início os ataques contra sedes do PCP, MDP, e outros partidos e organizações da esquerda portuguesa. Apesar de dissolvido o MDLP em 1976, há indícios de participação de ex-membros da organização no atentado terrorista que matou o primeiro ministro de Portugal, Francisco Sá Carneiro, e o ministro da defesa, Adelino Amaro da Costa, em 1980 (RATTNER, 2006).

Após a repressão e consequente diminuição e encerramento das atividades terroristas, a direita radical buscou novas formas de organização. Entre 1976 e 1980, foram criadas diversas organizações políticas e culturais de direita radical em Portugal. Não é objetivo deste artigo listar todas estas organizações, mas alguns destaques podem ser feitos.⁵ No âmbito da política partidária, foram três organizações principais de direita radical⁶ a atuar nesse período: o Partido da Democracia Cristã (PDC), a Frente Nacional (FN), de existência quase insignificante, e o Movimento Independente para a Reconstrução Nacional (MIRN). Este, fundado em 1977 pelo prestigiado General Kaúlza Oliveira de Arriaga⁷, direcionou sua propaganda para o público jovem, buscando atingir parte da militância nacionalista que naquele momento não se via estimulada pela ala mais velha da direita

⁴ Polícia Internacional e de Defesa do Estado, a polícia política do Estado Novo português.

⁵ Para uma análise mais detalhada do período, ver: Marchi, 2012a.

⁶ Muitos dos membros da direita radical entrariam na militância política através de partidos da direita tradicional, como o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS). O aporte de parte da direita radical portuguesa contribuiu para o sucesso eleitoral da coalizão anti-socialista Aliança Democrática, formada em 1979 pelo CDS, Partido Social-Democrata e Partido Popular Monárquico (PPM) (MARCHI, 2010, p. 50).

⁷ Sob o regime salazarista, Arriaga havia sido uma figura de destaque, comandante das Forças Terrestres em Moçambique durante a Guerra do Ultramar.

radical (MARCHI, 2012b, p. 101). Nas eleições de 1980, o MIRN participou de uma coalizão batizada Direita Unida (DU), juntamente com outras pequenas organizações posicionadas na direita mais radical do espectro político português daquele momento. A DU era formada pelo MIRN (renomeado então como Partido da Direita Portuguesa); PDC e Frente Nacional.⁸

Dentre os órgãos de “imprensa militante” pode-se destacar o surgimento do semanário *A Rua* (MARCHI, 2012a) e da revista *Futuro Presente*, esta editada por Jaime Nogueira Pinto, e fortemente influenciada pela *Nouvelle Droite* de Alain de Bénoist. A *Futuro Presente* foi pioneira em Portugal no sentido de buscar uma renovação na ideologia e no vocabulário da direita radical, transformando-se no movimento mais importante, em termos culturais, da direita radical após o período autoritário. (MARCHI, 2012b, p. 102-103).

Uma figura destacada do período foi António da Cruz Rodrigues, fundador do Círculo de Estudos Sociais Vector (CESV), ainda em 1970. Organizado por Cruz Rodrigues e outros católicos conservadores, o CESV surgiu como reação às mudanças resultantes do Concílio Vaticano II. Os idealizadores do CESV organizaram-se em torno da *Revista Resistência*, cujo primeiro número data de julho de 1968. A maior inspiração para a criação do CESV veio do *Office International des Oeuvres d' Action Civique Selon le Droit Naturel et Chrétien*, também conhecida como *Cité Catholique*, organização anticomunista francesa criada em 1946 por Jean Ousset, um ex-integrante da *Action Française*, que fora secretário particular de Charles Maurras.⁹ Após a Revolução dos Cravos, durante os meses do PREC¹⁰, o CESV orientou-se essencialmente para o combate ao comunismo e ao progressismo católico, este considerado esquerdistas por “excesso de benevolência, de estupidez ou de ingenuidade” (RODRIGUES, 2006-2). De acordo com António da Cruz Rodrigues,

A atitude de muitos de nós, a partir do 25 de Abril, não podia, por isso, deixar de ser de resistência muito activa, fundamentalmente e decididamente contra a ameaça que de imediato se revelara e

⁸ Os resultados eleitorais da coligação foram insignificantes (23.819 votos, o que configurou 0,4% do total), tendo o MIRN sido extinto em 1984. Dentre todos os partidos políticos que conseguiram reunir parte da militância da direita radical, o único que manteve-se ativo por mais tempo foi o PDC, que conseguiu 0,69% dos votos em 1983 (39.180 votos), 0,72% em 1985 (41.831 votos) e 0,56% (31.667 votos) em 1987 (MARCHI, 2012b, p. 102).

⁹ Sobre a *Cité Catholique*, ver: Scirica, 2007, p. 119-135.

¹⁰ “Processo Revolucionário em Curso”.

pusera em marcha contra Portugal: a ameaça do comunismo internacional, totalitário e ateu, representada e expressa pelo PCP (...) (RODRIGUES, 2006-2). (...) O PCP só compreendia a força, só tremia diante da resistência activa, e essa foi-lhe oferecida, sem temor nem hesitações, pelas grandes massas de católicos e simpatizantes católicos, militarmente anti-comunistas, educados nos quarenta anos anteriores pela Igreja e pelo Estado. (RODRIGUES, 2006-3)

Após as eleições de 1975, quando o PCP obteve uma votação muito abaixo das projeções que assustavam o imaginário da direita radical, o Vector mudou sua estratégia política, buscando infiltração nos meios acadêmicos. Muitos professores universitários ligados ao regime autoritário haviam sido afastados de suas funções após o 25 de Abril de 1974. Reunindo alguns desses *saneados*¹¹, o CESV criou em 1977 a Universidade Livre, uma alternativa educacional para o ensino público, que a direita radical considerava contaminado pela ideologia marxista. A Universidade Livre, que viria a possuir sedes em Lisboa e no Porto, configurou-se mesmo como instituição pioneira no Ensino Superior privado em Portugal. Antes dela, todas as universidades do país eram administradas pelo Estado (DAMÁSIO, 2007). A Universidade Livre funcionou até 1987, quando encerrou suas atividades em função de problemas financeiros e judiciais. Após o fechamento da Universidade Livre, António Cruz Rodrigues e outros personagens ligados ao Vector decidiram criar em 1989, centenário de nascimento de Salazar, um centro de estudos em sua homenagem. Dessa forma surgiu o Núcleo de Estudos Oliveira Salazar (NEOS).

Os anos 80 também testemunharam o surgimento de novos personagens no panorama da direita radical portuguesa. Uma das organizações mais importantes nesse sentido foi o Movimento de Ação Nacional (MAN). As articulações que dariam origem ao MAN remontam ao ano de 1984, quando foi lançada a revista *Vanguarda Nacional*. Sob direção de Pedro Miguel Correia e de propriedade de José Luís Paulo Henriques, a revista caracterizava-se por uma ideologia de direita radical revolucionária, crítica do regime movido por “*homens corruptos e sem princípios ético-políticos*” (O homem novo. *Vanguarda*

¹¹ A Junta de Salvação Nacional afastou muitos professores universitários, em vários casos de forma sumária e sem embasamento legal. Isso fez com que alguns membros da Comissão de Saneamento do Ministério da Educação pedissem demissão, em protesto. Em outros casos, os estudantes, mesmo sem o aval da Comissão, impediram a entrada nas Universidades dos professores e funcionários considerados suspeitos de colaboração com a polícia política. Ver: Pinto, 2006, p. 47-49.

Nacional, n. 3, set.-out. 1984, p. 2). O editorial do primeiro número da revista fazia referência aos tempos do Império Ultramarino, falando com saudosismo de uma Pátria que “*irmanava de todas as raças e harmonizava culturas e credos*”. (A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, p. 2). Porém, no mesmo número da revista, um artigo reclamava a falta de um “*espírito europeu*”, que permitiria manter os povos europeus intactos.¹²

Em 1985, José Luís Paulo Henriques, Vítor Santos, Manuel Andrade, Alexandre Freire e Paulo Sequeira fundaram a Associação Cultural Acção Nacional, em seguida rebatizada como Movimento de Acção Nacional. Foi um passo decisivo para organizar politicamente o grupo reunido em torno da revista *Vanguarda Nacional*. Descontente com o regime político implementado em Portugal após a Revolução dos Cravos, o grupo apresentava-se como uma alternativa à “*falácia democrática*”, em nome das “*aspirações do povo e da Nação*”. Seus fundadores, todos jovens, pregavam uma luta contra a “*partidocracia*”, comandada por “*canalhas e traidores*”, e associada à injustiça, corrupção, e miséria. (HENRIQUES, 1986, p. 2). O MAN apresentava-se como uma “*terceira atitude*”, em oposição ao capitalismo e ao socialismo.¹³ O grupo definia-se como um “*movimento cultural e político, de caráter nacionalista, revolucionário e popular*”. Assim era definido, em um manifesto de 1985, este “*nacionalismo popular revolucionário*” pregado pelo movimento:

Um Nacionalismo Popular, porque assente num Povo inteiro e não numa parcela ou numa classe ou na utópica igualdade. Um Nacionalismo Revolucionário, porque indissolúvel do mandato e da continuidade históricos e não dependente de maiorias momentâneas, de minorias desenraizadas, de votos instáveis, de individualismos interesseiros, de particularismos desinseridos. (Pontos Programáticos do Movimento de Acção Nacional)

Afirmavam-se contra o Estado de Direito, por isso não teriam aspirações político-partidárias (PEIXOTO, 1989, p. 21): “*Não somos embrião de qualquer partido político.*” (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1). Visto que não mostravam interesse em

¹² “*O caos geral, a ausência de paz e de amor (...) são também (...) o alvo da guerra psicológica dos grandes banqueiros contra a Europa e a raça branca. (...) Faltava-nos um ‘espírito europeu’! O espírito e as esperanças que permitem manter os povos europeus intactos.*” (ERLACH, 1984, p. 9).

¹³ “*O Movimento de Acção Nacional é uma organização caracterizada por uma Terceira Atitude que se coloca em total oposição ao Capitalismo e aos Socialismos ‘de esquerda’ (...).*” (Acção, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 3).

participar de eleições, no imaginário do MAN o poder seria conquistado, algum dia, pela via revolucionária. “*Queremos o poder todo*”, afirmava seu presidente Luís Paulo Henriques, então com 26 anos, em entrevista de 1989 (PEIXOTO, 1989, p. 21). Uma vez atingido o poder, o modelo de governo pregado pelo movimento assemelhava-se ao corporativismo salazarista. Um governo formado pelos “*mais competentes*” e onde a participação popular seria efetivada através dos sindicatos e das “*organizações populares de base*.¹⁴” Por Salazar, o MAN nutria admiração e saudosismo. Em texto alusivo ao sexagésimo aniversário do Golpe de 28 de Maio de 1926, fica evidente o culto à figura do ex-ditador:

... SALAZAR. Só à simples menção do seu nome, um vivo frémito de emoção nos assalta, pois que, graças a ele – e sobretudo a ele – é que nós já hoje nos podemos gabar – ‘com toda a honra, com todo o orgulho e sem nenhum proveito’ – de ter pertencido à era do combate e não à do debate; à idade do duelo e não à do diálogo; à geração da guerra e não à do cessar-fogo. (EMÍLIO, 1986, p. 1)

Durante os primeiros três anos desde sua fundação (1985-1987), o movimento limitou-se a algumas atividades isoladas, como a distribuição de panfletos e colagem de cartazes, principalmente na cidade de Amadora (MARCHI, 2010, p. 51-52). Também nesse período inicial, o MAN lançou sua primeira publicação oficial, o jornal *Acção* (1986), um “*jornal nacionalista de combate ao sistema*”.¹⁴ O discurso do MAN, através do seu jornal oficial, era especialmente dirigido ao público jovem. Seria no “*corpo e no espírito da gente moça*” que residiria a esperança da restauração autoritária:

Nos é certo que pouco ou nada pudemos contra o 25 de Abril; mas o 25 de Abril também nada pôde nem poderá contra nós. Enganaram-se os que dizem, pois, que a Revolução Nacional dorme em paz. Não dorme tal. Não. Ainda mexe. Mais: prepara-se para palpitá de novo, e de vez, no ânimo, no corpo e no espírito da generalidade da gente moça. (EMÍLIO, 1986, p. 2)

O MAN apelava à tomada de uma postura ofensiva e reacionária daqueles descontentes com a democracia portuguesa. Em meio a ilustrações utilizando a iconografia da cruz celta, os textos do *Acção*

¹⁴ Frase presente ao lado do título do jornal.

descreviam um panorama político desolador e caótico: Portugal atravessava “*tempos decadentes e envelhecidos.*” (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1). Os artigos do jornal condenavam duramente a posição de “*indiferença, apatia ou passividade*” diante desse cenário político pessimista e buscavam incentivar um alinhamento ideológico e ações anti-sistêmicas:

Impunemente, os políticos corruptos e corruptores continuam o saque à Nação. Não se vislumbra, nos tempos mais próximos, uma alternativa real, porque o problema não se resolve por meio do voto. No entanto, existem sinais de reação e um erguer de cabeça, por parte dos que se negam a tornar-se cúmplices deste sistema e a pactuar com este regime. Para lá dos instalados e dos acomodatícios, perfilam-se os jovens e muitos outros patriotas, que desejam passar à ofensiva, absolutamente necessária e justa, tendo sempre em mente o futuro de Portugal. (...) Por todo o país, pequenos grupos acordam para a luta política (...). O nosso pensamento, que implica um espírito de acção (...) tornar-se-á o meio mais eficaz para servir aquilo em que acreditamos, o que o povo português, mesmo que obscura ou intuitivamente, deseja, a saída do poço onde todos estamos afundados. (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1)

Em contraposição ao cenário de caos que caracterizaria o presente de Portugal, o MAN buscava referências em um passado mítico glorioso, cuja herança deveria ser defendida e preservada.¹⁵ O povo português, ameaçado, era caracterizado como descendente das antigas civilizações europeias e elemento de vital importância para a evolução da humanidade em função das Grandes Navegações.¹⁶ Os textos do jornal do Movimento de Acção Nacional imaginavam a nação como homogênea em termos culturais e raciais. A identidade da nação portuguesa estaria diretamente vinculada aos valores e tradições de seu povo, que na construção discursiva do MAN, seria um povo branco e homogêneo. A influência de outras “raças” na construção da identidade nacional não era considerada:

¹⁵ “Organizamo-nos para defender o que resta desta Nação gloriosa.” (O nosso combate. *Acção*, n. 2, mar.-abr. 1986, p. 1).

¹⁶ “O nosso povo, que tem uma história bem definida há mais de oito séculos e que se lançou na prodigiosa epopeia dos Descobrimentos, que foi de vital importância para a evolução da humanidade, teve as suas origens nas antigas civilizações europeias, e por isso não pode desaparecer.” (TAVEIRA, 1986, p. 1).

Qualquer país, esteja ele situado onde estiver, é constituído por uma população que representa uma própria cultura, uma raça e todo um conjunto de valores que constituem a Nação (...) um povo com características específicas e com uma cultura e tradições completamente distintas de todos os outros. É no conceito de raça, que reside a causa determinante das diferentes culturas humanas. Consequentemente, toda a cultura duma nação é o produto do povo que a ergueu. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

Os textos do MAN davam muita ênfase ao suposto elemento racial na formação da cultura nacional. Tendo por princípio verdadeiro o mito da homogeneidade racial portuguesa, consequentemente é pregada a defesa da população contra a contaminação estrangeira, pois “*para manter preservada a nação, é preciso preservar o povo*” (TAVEIRA, 1986, p. 1):

(...) de alguns anos a esta parte, têm aumentado gradualmente e assustadoramente as populações africanas e asiáticas no nosso país. Estas crescentes situações promovidas pelas populações alienígenas põem Portugal em perigo, no que respeita à sua manutenção como país de brancos. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

O MAN foi pioneiro no rompimento com o paradigma nacionalista universalista, introduzindo em Portugal o discurso exclusivista do nacionalismo etnocêntrico (COSTA, 2011, p. 772). O discurso típico do Estado Novo, que caracterizava Portugal como um grande império multirracial, é substituído pelos argumentos racistas. Tratou-se de uma radicalização do discurso, em comparação com a fase da revista *Vanguarda Nacional*. Se naquele momento ainda se falava em harmonia de “raças, culturas e credos”, agora o paradigma é racialista. Supostamente, os portugueses teriam sido sempre brancos¹⁷ e tal status definiria a pureza biológica da Nação.¹⁸ No discurso do MAN, a identidade nacional do povo português estaria ligada de maneira natural com a “pureza da raça”. De tal pressuposto, intrinsecamente ligado aos argumentos racistas, derivam os argumentos xenofóbicos:

¹⁷ “Os portugueses sempre foram, são e continuarão a ser brancos, não mestiços.” (TAVEIRA, 1986, p. 1).

¹⁸ “(o repatriamento de negros, indianos e outros não-europeus) é a única hipótese para a sobrevivência da Nação, da cultura e da identidade do nosso povo: um povo branco e europeu. Isso significa manter puro o corpo biológico da Nação portuguesa.” (TAVEIRA, 1986, p. 1).

... a mestiçagem é a maior inimiga dum povo (e da sua cultura) porque representa o fim irreversível e definitivo desse mesmo povo e de todas as suas raízes naturais. (...) a solução do problema só pode estar no repatriamento das populações africanas e asiáticas que vivem no nosso país. (TAVEIRA, 1986, p. 1)

É interessante notar como a percepção da nova configuração da Nação Portuguesa (antes um Império Ultramarino, agora um “pequeno país no canto da Europa”) está ligada à adoção do paradigma racialista. Para a direita radical portuguesa, a perda das colônias foi um episódio doloroso e de difícil superação. Desde a revista *Vanguarda Nacional*, esse trauma já era visível: “*No fim do sonho voltamos a encontrarnos aqui, encurralados neste rectângulo pequeno e mesquinho, depois de destruída a Nação que queríamos.*” (A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, p. 2) No Movimento de Acção Nacional, o complexo de humilhação e o recalamento em relação ao assunto mostram-se ainda presentes: “É sempre aborrecido, (...) *imensamente humilhante, termo-nos considerado o umbigo do mundo e ver, às tantas, que não somos senão as suas glândulas lacrimais.*” (EMÍLIO, 1986, p. 1). A forma de lidar com esse problema será adotar uma mudança ideológica. Se agora Portugal tornou-se um país pequeno, ao menos continuariam lutando para que fosse um país de brancos. Essa era a missão do Movimento de Acção Nacional.

O “nacionalismo revolucionário” do MAN buscava combater o sistema democrático através de núcleos organizados de difusão de propaganda. Ações de distribuição de panfletos, venda de jornais e pichações de muros eram realizadas em estações de trem, praças e escolas. Tais eventos eram divulgados através de notas no *Jornal Acção*. Contudo, na prática, a atuação de alguns militantes do MAN não se restringiam a eventos pacíficos. Entre os anos de 1988 e 1990, ao mesmo tempo em que radicalizava seu discurso, o MAN conseguia novos adeptos. Foi nesse período que o nome do movimento acabou por ser associado a diversos episódios violentos. De maneira geral, os militantes do MAN eram jovens trabalhadores de classe baixa ou estudantes de classe média de Lisboa e cidades próximas, e também do norte do país. Muitos destes jovens faziam parte de grupos *skinheads* de extrema-direita.¹⁹

¹⁹ A partir deste momento, sempre que se utilizar a expressão *skinheads* dentro do contexto dos acontecimentos aqui relatados, se estará fazendo referência ao *skinheads* de extrema-direita. Sobre as origens do movimento e as diferentes orientações políticas que diferenciam os *skinheads*, ver: Almeida, 2014, p. 99-103.

Em Portugal, havia importantes núcleos do movimento *skinhead* nas cidades de Almada, na margem sul do Rio Tejo, Amadora, Lisboa e Porto. Desde o início dos anos oitenta, a subcultura *skinhead* marcava presença nos subúrbios das principais cidades portuguesas, principalmente nas escolas secundárias (MARCHI, 2010, p. 51-52). Na falta de outra organização política de direita radical, o MAN atraiu a atenção das organizações *skinheads* com um discurso nacionalista, xenofóbico e anticomunista.²⁰ Para os líderes do MAN, os *skinheads* eram vistos como ativistas em potencial, sendo necessário atraí-los para a estrutura da organização e doutriná-los politicamente (MARCHI, 2010, p. 52). A aproximação entre o Movimento de Acção Nacional e a subcultura *skinhead* tornou-se evidente através de diversas publicações. Fanzines direcionados ao público *skin* (*Combate Branco*, *Vanguarda Nacional*, *Vento do Norte*) passaram a fazer propaganda do MAN em suas páginas. De forma análoga, o jornal oficial do MAN, o *Acção*, passou a abrir espaço para textos relacionados à subcultura *skinhead* (MARCHI, 2010, p. 52). Em uma edição do boletim *Vento do Norte*, fanzine da cidade de Amadora, ilustrado com fascios, runas²¹ e cruzes celtas, tentava-se angariar novos militantes ao MAN junto ao público *skinhead*:

O Skinhead, onde quer que exista, é Nacionalista (...) parte deste movimento encontra-se inserido em organizações de índole Nacional Revolucionária em todo o Continente, militando activamente (...). Em Portugal há uma aderência positiva de Skins ao MOVIMENTO DE ACÇÃO NACIONAL (M.A.N.), organização à qual eu orgulho-me de pertencer, tentando dar o meu melhor, como Nacional Revolucionário (...) o Skinhead Português é um elemento de grande valia (...) o que é necessário é consciencializar o movimento, organizá-lo e uni-lo no seio duma postura resoluta no combate político, dar a entender que Skinhead implica entrega, contra a passividade e a inactividade. (LIMA, 1988).

²⁰ Em um panfleto de propaganda do MAN é possível identificar esses principais argumentos de forma objetiva: “*NÃO ao regime da mediocridade e da corrupção; à influência marxista no ensino; à legalização da imigração; ao desemprego dos portugueses; à tolerância com o tráfico de droga; à impunidade dos criminosos. SIM ao nacionalismo; a um Portugal forte e independente; à destruição do liberalismo e do marxismo; à defesa do ensino livre; ao repatriamento progressivo e definitivo dos imigrantes; à prioridade de emprego aos portugueses.*” (Face à miséria e à corrupção, um novo Portugal. *Panfleto de propaganda do MAN*, sem data).

²¹ Sobre a utilização de runas e a influência da mitologia nórdica em alguns grupos de direita radical, ver: Almeida, 2008, p. 222-223.

A entrada em cena dos *skinheads* em Portugal foi amplamente acompanhada pela imprensa no final dos anos 1980. A vinculação do MAN à subcultura *skinhead*, propiciou à organização significativa visibilidade na mídia. Diversos artigos sobre o Movimento de Ação Nacional foram publicados em jornais e revistas do país. A clara vinculação entre o MAN e os *skinheads* não era bem vista pelos outros setores da direita radical portuguesa. Em 11 de maio de 1989, a Força Nacional-Nova Monarquia (FN-NM) promoveu no Hotel Roma, em Lisboa, uma conferência com Blas Piñar, histórico líder da direita radical espanhola. Compareceram ao evento alguns membros do MAN, que interromperam o discurso do conferencista em vários momentos. Para eles, a posição política de Blas Piñar não estava suficientemente à direita. Após os incidentes no Hotel Roma, o líder da FN-NM, Miguel Castelo Branco, caracterizou o MAN como “*um grupo de provocadores nazi*” (SOUZA, 1989, p. 24).

Na transição para a década de 90, houve envolvimento de *skinheads* em diversos atos de violência racista, que culminaram no assassinato do militante do Partido Socialista Revolucionário (PSR) José Carvalho, em Lisboa, no ano de 1989.²² Sob pressão da opinião pública, as autoridades portuguesas rastrearam as conexões entre grupos *skinheads* e o MAN. A organização passou a ser investigada, ao mesmo tempo em que se fragmentava internamente e diminuía suas atividades. Alguns de seus membros deixaram o MAN e fundaram uma nova organização, a Frente de Defesa Nacional. Entre 1993 e 1994, o MAN foi julgado pelo Tribunal Constitucional, sob a acusação de organização de ideologia fascista. Em uma decisão controversa, o Tribunal indeferiu o pedido do Ministério Público que pleiteava a extinção do movimento, argumentando que o mesmo já se encontrava extinto antes do requerimento ter sido apresentado.

As condenações advindas do caso José Carvalho (onde apenas um envolvido recebeu pena significativa) e a dissolução do MAN não foram suficientes para acabar com os grupos *skinheads* violentos. Entre 1989 e 1995, ao contrário de enfraquecer-se, o movimento fortaleceu-se. Intencionalmente, durante este período, houve uma mudança estratégica no movimento, que buscou intervenções mais discretas, sem grandes concentrações públicas, substituindo-as por jantares em cidades como Cacilhas, Espinho, Almada, Gaia, Coimbra, Porto, Faro, Maia e Lisboa (DAMASO, 1995, p. 12).

²² Sobre o assassinato de José Carvalho, ver: Almeida, 2014, p. 191-209.

A violência *skinhead* viria a explodir novamente em 10 de junho de 1995, Dia de Portugal, quando Lisboa testemunhou um ataque generalizado de conotação racista e xenofóbica sem precedentes. Naquela data, um grupo de *skinheads* promoveu um ataque generalizado no Bairro Alto, em Lisboa. Os alvos eram pessoas negras, que eram cercadas e espancadas. Doze jovens negros foram encaminhados para as emergências dos hospitais. O jovem cabo-verdiano Alcindo Monteiro viria a falecer no dia seguinte, em consequência dos múltiplos ferimentos sofridos no crânio e na coluna.²³

Dezoito pessoas foram indiciadas no processo (ver Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça), que foi julgado em junho de 1997. Com mandados de busca e apreensão, a polícia encontrou em poder dos réus grande quantidade de material de propaganda de direita radical, com slogans como: “*A nossa religião é a nossa raça*”, “*Orgulho Branco*”, “*Poder Branco*”, “*Imigração não, obrigado*”, “*Portugal livre de pretos*” (Conclusão, 10.10.96, Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa, p. 4). Os *skinheads* admitiram serem contrários à presença de estrangeiros em Portugal e contra a união de brancos e negros. Buscando demonstrar a retidão de conduta característica do imaginário *skin*, afirmaram serem contra o uso de drogas e contra a prostituição. Consideravam-se “patriotas” e “nacionalistas” e admitiram também que utilizavam a iconografia nazista, considerada “*gira*” (COELHO, 1997, p. 51-55).

O julgamento dos acusados foi amplamente acompanhado pela imprensa, inclusive internacional. Os réus foram acusados, em coautoria material e concurso real, na forma consumada de: um crime de genocídio; dez crimes de ofensas corporais; e um crime de homicídio qualificado. (Acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça). Foi um caso de grande repercussão, e as sentenças, anunciadas em junho de 1997, foram consideradas duras para os padrões portugueses. (ver acórdão nº 97P1203 do Supremo Tribunal de Justiça). Tratou-se de um episódio emblemático devido à magnitude do ataque e à ineficiência das forças de segurança pública no sentido de prevê-lo e reprimi-lo. O 10 de junho de 1995 marcou o auge da atuação da segunda leva *skinhead* portuguesa. Quando do assassinato de José Carvalho em 1989, o então ministro da Justiça, Fernando Nogueira, havia afirmado que o problema seria “*cortado pela raiz*” enquanto seu colega da Administração Interna, Manuel Pereira, apontava como prioridade “*impedir que estes bandos se organizem*” (DAMASO, 1995, p. 12). Entretanto, apesar da

²³ Sobre o assassinato de Alcindo Monteiro, ver: Almeida, 2014, p. 210-222.

desestruturação do Movimento de Acção Nacional, o país foi ineficiente em impedir a reorganização da extrema-direita em novas organizações *skinheads*. Ainda mais violenta do que a primeira leva, os *skins* de 1995 caracterizavam-se pelo racismo e xenofobia explícitos, além da aberta adesão à estética nazista e à ideologia da supremacia branca.

Após o assassinato de Alcindo Monteiro e as condenações dos *skinheads* envolvidos, a direita radical portuguesa assumiu uma nova configuração. Novos grupos políticos surgiram e a cena *skinhead*, após um breve período de silêncio, voltou a se manifestar. Surgiram novas lideranças e ocorreu a associação, dentro de certos limites, entre a vertente política e a “tropa de choque” formada pelos *skinheads* de extrema-direita. Dentre os novos grupos de direita radical criados, pode-se citar a Acção Fundacional Nacionalista (AFN), a Aliança Nacional (AN) e, mais tarde, a Causa Identitária (ALMEIDA, 2014, p. 223-232).

Para além dessas organizações de direita radical, a vertente mais violenta buscou reorganização em outros grupos. A extrema-direita infiltrou-se em torcidas organizadas de futebol, e simbologia nazista passou a ser vista nos estádios portugueses. Outros grupos que conseguiram algum destaque foram a “Ordem Lusa”, o “Orgulho Branco” e a “Irmandade Ariana”. Relativamente pequenos, tais grupos recebiam pouca atenção da mídia. O Orgulho Branco pautava sua atuação em campanhas sazonais de propaganda, como a colagem de adesivos e cartazes, distribuição de panfletos (normalmente à noite, colocando-os nos para-brisas dos carros) e a realização de pichações. O grupo ganhou algum espaço na imprensa no ano de 1998, quando se tornou público o funcionamento de uma linha telefônica criada pela organização. Através de um número de telefone celular, era possível ouvir mensagens gravadas de caráter racista e xenofóbico. Na ocasião, a Assembleia da República chegou a manifestar-se a respeito do caso, através de uma menção de protesto aprovada por todas as bancadas dos partidos com representação na casa. Em 30 de dezembro de 1988, a linha telefônica foi bloqueada por força de uma ordem judicial e a organização diminuiu suas atividades tendendo ao desaparecimento (ALMEIDA, 2014, p. 234-235).

A nova direita radical em Portugal

O final da década de 1990 coincidiu com a popularização do uso da internet como meio de comunicação. A direita radical utilizou

esse recurso de maneira eficaz, tanto para recrutar novos membros, como para estabelecer contatos internacionais. Embora os antigos meios de comunicação não tenham sido totalmente abandonados, (panfletos, adesivos e pichações continuaram a ser utilizados), a internet potencializou a criação de uma rede de direita radical interconectada em escala nacional. Os fanzines fabricados de forma artesanal nas décadas de 1980 e 1990 deram lugar aos *sites*, especialmente os *blogs*, muito utilizados pelas organizações de direita radical a partir dos anos 2000. A Ordem Lusa foi um dos grupos portugueses pioneiros na utilização da internet.

Disputas internas no movimento *skinhead* levaram a Ordem Lusa a entrar em confronto direto com a Irmandade Ariana. Esta organização fora criada entre os anos de 1995 e 2000, nos presídios de Lisboa e Caxias, por *skinheads*, muitos dos quais cumpriam pena pelo assassinato de Alcindo Monteiro. O grupo Irmandade Ariana adquiriu consistência e alcançou as ruas na medida em que os *skinheads* presos eram libertados. A Irmandade Ariana operava em uma estrutura de células, sem uma liderança central (*leaderless resistance*) (FERNANDES, 2010, p. 52). O retorno às ruas dos condenados no caso Alcindo Monteiro tornou a Irmandade Ariana hegemônica na cena *skinhead* portuguesa. Utilizando a violência, os outros grupos, como a Ordem Lusa, foram reduzidos ou mesmo suprimidos. Essa terceira leva *skinhead* portuguesa tinha aspirações internacionais. No início dos anos 2000, a Irmandade Ariana estabeleceu contato com a *Hammerskin Nation* (HSN), buscando criar uma sucursal portuguesa daquela que é uma das principais organizações racistas dos Estados Unidos. A HSN prega a teoria da supremacia branca como forma de resistência ao multiculturalismo. A organização recruta principalmente jovens do sexo masculino, que de alguma forma não se sentem integrados numa sociedade multicultural. O grupo recebe esses jovens integrando-os na subcultura *skinhead* e doutrinando-os ideologicamente a partir de uma perspectiva racista. Dessa forma, a organização fornece uma identidade de grupo para seus membros, baseada em princípios étnico-raciais. A HSN autoriza a abertura de sucursais (chamados *chapters*) fora dos EUA. Atualmente, existem *chapters* da *Hammerskin Nation* em onze países: Austrália, Canadá, França, Alemanha, Hungria, Itália, Nova Zelândia, Portugal, Espanha, Suécia e Suíça. A utilização da internet foi fundamental para a internacionalização da organização. Em 2005, a Irmandade Ariana conseguiu a incorporação oficial à *Hammerskin Nation* estadunidense, ganhando a denominação de *Portugal*.

Hammerskins (PHS). Os *hammerskins* intitulam-se como a elite do movimento *skinhead*:

Qualquer um pode chamar-se ou ser um Skinhead mas não é qualquer um que se pode intitular Hammerskin. A intenção de Hammerskins é ser a nobreza e a elite do movimento skinhead, longe de drogas, criminalidade banal, e combater a falta de solidariedade, camaradagem, e outros atributos relacionados com o movimento skin. Num mundo em que os skinheads representam o que há de melhor na sociedade, nós somos o que de melhor existe nos skinheads! (Comunicado n. 1 da PHS)

Assim como outras organizações racistas, os *hammerskins* utilizam iconografia e simbologia que os identificam. Declaram-se seguidores das 14 palavras de David Lane.²⁴ Usam códigos de letras e números com significado particular. Costumam utilizar números que correspondem a letras do alfabeto, formando siglas ou palavras. Por exemplo, o número 8668 corresponde à sigla HFFH (“H” é a 8^a e “F” é 6^a letra do alfabeto), que significa *Hammer Forever Forever Hammer*. De forma análoga, 38 (3^a e 8^a letras do alfabeto) significa *Crossed Hammers*; 838 significa *Hail Crossed Hammers*, etc. Também gostam de utilizar a sigla POW, que significa *Prisioners of War*, referindo-se aos “camaradas” que estão presos.

Contudo, apesar da reorganização do cenário *skinhead*, ao final dos anos 90 Portugal ainda não contava com um partido político claramente identificado com a direita radical.²⁵ Tal “lacuna” seria preenchida no ano 2000, com a criação do Partido Nacional Renovador (PNR). A maioria dos partidos de direita radical enfrenta dificuldades para se estabelecer legalmente. Estas dificuldades dizem respeito às proibições ideológicas de cunho legal, bem como à dificuldade em conseguir o número mínimo de assinaturas para a legitimação do partido. Nesse sentido, a estratégia para a criação do PNR foi simples, engenhosa e efetiva. Os fundadores do partido apropriaram-se de uma agremiação já oficializada (o Partido Renovador Democrático, PRD),

²⁴ A frase de quatorze palavras de David Lane é muito utilizada como *slogan* por grupos de orientação *White Power*: “*We must secure the existence of our people and a future for white children.*” (“Devemos assegurar a existência de nosso povo e um futuro para as crianças brancas.”)

²⁵ Embora diversos pequenos grupos de direita nacionalista, além dos citados anteriormente, tenham sido criados, como a Ação Fundacional Nacionalista (AFN), a Frente de Direita Nacional (FDN), o Centro Nacional de Estudos (CNE), a Aliança Nacional (AN), a Nova Monarquia (NM), a Ação Fundacional Nacionalista (AFN), entre outros. A maioria teve existência efêmera.

infiltrando-se nas fileiras do mesmo e ascendendo aos seus órgãos diretivos.²⁶ A seguir, alteraram seu nome, sua sigla e sua iconografia. O símbolo principal do partido, que antes era uma balança, passou a ser uma chama azul e vermelha. Em 2010 o partido renovou seu símbolo, modernizando o desenho da chama. A chama estilizada do PNR é muito semelhante a outros símbolos, historicamente vinculados a partidos de conotação fascista. A iconografia da chama já foi utilizada pelo Movimento Social Italiano (MSI), pelo *Movimento Sociale Fiamma Tricolore* (MS-FT) da Itália, pelo *National Front* inglês (NF) e pelo *Front National* francês (FN), entre outros.

O PNR aproximou-se dos setores *skinheads*, órfãos de uma organização política desde a dissolução do MAN. Fato que ilustra claramente isso é a distinção em 2005 de Mário Machado – o líder da *Portugal Hammerskins* – como “militante ativista do ano” pela direção do partido. (CABRAL, 2008). Em entrevista ao Jornal Sol, reproduzida no site do PNR, José Pinto-Coelho, o presidente do partido, afirmou: “*Sou amigo do Mário, é um excelente nacionalista. Aprovo todos os tipos de nacionalismo, de toda a gente que ama a sua pátria. O Mário foi a face mais visível da fase impulsionadora do nacionalismo.*” (CÂMARA; GUERREIRO, 2007, p. 14). Em 2007, Pinto-Coelho disse: “*Sou muito amigo de skinheads. Acho que eles são de uma fidelidade a toda prova e pintam-nos pior do que são.*”²⁷ (PINTO, 2007, p. 66).

Nos meses de março e abril de 2007, o PNR ganhou atenção da mídia, quando posicionou um *outdoor* de caráter xenofóbico na cidade de Lisboa, próximo à rótula do Marquês do Pombal. A peça de propaganda, instalada em local de grande movimento e alta visibilidade, mostrava o presidente do partido, José Pinto Coelho, com os dizeres “*Basta de imigração. Nacionalismo é solução. Façam boa viagem. Portugal aos portugueses.*” De acordo com a página do partido na Internet, o *outdoor* desejava boa viagem “*aos imigrantes que cometem crimes, aos ilegais e aos subsídio-dependentes.*”²⁸ Mais tarde, José Pinto-Coelho viria a admitir que a colocação do cartaz foi, em parte, patrocinada pela

²⁶ O PRD fora criado em 1985 e obteve um relativo sucesso em seus anos iniciais, especialmente nas eleições legislativas de 1987, porém enfrentando declínio a partir dos anos 90. No final da década, o PRD estava desestruturado, endividado e completamente decadente. O partido tinha abandonado sua sede por não mais conseguir pagar o aluguel e havia dois anos que não apresentava suas contas ao Tribunal Constitucional. Foi nesse momento, quando o PRD encontrava-se à beira da extinção legal, que membros da Aliança Nacional (AN) se aproximaram do partido, com a intenção de tomá-lo por dentro. Sobre a fundação e as disputas internas nos primórdios do PNR, ver: Almeida, 2014, p. 248-259.

²⁷ A aproximação entre o PNR e os *skinheads* viria a ser rompida posteriormente.

²⁸ PNR (4).

Portugal Hammerskins (MARQUES; SIMÕES, 2007, p. 5). O cartaz recebeu a condenação de todos os partidos com assento parlamentar, inclusive do CDS-PP, o partido mais à direita com representantes na Assembléia da República: “*Não aceitamos qualquer tipo de radicalismo, venha de direita ou de esquerda*”, afirmou o deputado do CDS-PP, Nuno Magalhães (BRANCO, 2007, p. 11) Nos dias seguintes o *outdoor* do PNR foi vandalizado por pessoas não identificadas. No lugar dele o partido posicionou outro, com a inscrição: “*As idéias não se apagam. Discutem-se.*” De acordo com o partido, uma “*resposta à intolerância de que é vítima o PNR por parte dos auto-proclamados ‘defensores da liberdade de expressão’ que tentam a qualquer custo pulverizar e eliminar as suas ideias*”²⁹

Em setembro de 2008, o PNR voltou a patrocinar um *outdoor* anti-imigração em Lisboa. Desta vez o cartaz mostrava uma ovelha branca com o símbolo do partido expulsando seis ovelhas negras do mapa de Portugal. Apareciam as frases: “*Imigração? Nós dizemos não! Portugal aos portugueses.*” Conforme nota oficial do partido sobre o assunto, “*o PNR transmite mensagens politicamente muito incorrectas. Sem medo! Diz aquilo que muitos portugueses pensam e dizem baixinho.*”³⁰ O *outdoor* foi removido pela Câmara Municipal de Lisboa, por iniciativa do vereador José Sá Fernandes. A retirada foi criticada pelo então presidente da Ordem dos Advogados de Portugal, Marinho Pinto, por considerar que as questões relacionadas com a “liberdade de expressão” deveriam ser decididas exclusivamente pelos tribunais. Na realidade, o *outdoor* do PNR de 2008 era praticamente uma cópia de um cartaz de 2007 do Partido do Povo Suíço (SVP), onde uma ovelha branca expulsava uma ovelha negra sobre a bandeira da Suíça. No cartaz suíço aparecia a inscrição “*sicherheit schaffen*”, que em português significa “criar segurança”. O cartaz suíço já havia sido copiado em 2008 pelo NPD alemão, o que gerou um processo por plágio movido pelo SVP. (MINKENBERG, 2011, p. 39).

Oficialmente, o PNR não se considera racista ou xenofóbico, mas “nacionalista” e “anti-sistema”. Um dos slogans mais repetidos pela propaganda do partido é “nacionalismo é solução”: “O PNR afirma-se nacionalista, entendendo que a Nação é o prolongamento natural da família.”³¹ Define-se como um partido “pró-Pátria, pró-família e pró-vida”, “*porque deve ser defendida uma cultura da vida, (...) contrária*

²⁹ PNR (1).

³⁰ PNR (2).

³¹ PNR (3).

às políticas actuais que promovem uma cultura de morte, baseada no individualismo e na promoção do comportamento destrutivo (droga, aborto, lobi-gay, etc).³² No discurso oficial, o partido também não se considera extremista. Afirma-se acima do espectro político baseado nos conceitos de direita e esquerda. São nacionalistas, “*nem esquerdas, nem direitas: os Portugueses primeiro*”. O combate à imigração, como se viu, é um tema principal do discurso do PNR. Em um folheto de propaganda do partido distribuído por ocasião da campanha às eleições europeias de 2004, lê-se que “*o número de crimes dispara, verificando-se uma violência crescente nas ruas. Os portugueses sofrem na pele as consequências de uma lei demasiado branda e de uma política permissiva e laxista, incapaz de combater eficazmente a droga, a miséria e a imigração.*³³” Também a “ameaça islâmica” é um tema que preocupa o PNR, que assim alinha-se à tendência islamofóbica da nova direita europeia³⁴ (ZÚQUETE, 2011, p. 654).

Considerações finais

Quando da primeira “vaga skinhead”, ocorrida próxima ao assassinato de José Carvalho, o Ministro da Administração Interna de Portugal, Manuel Pereira, afirmou que as atividades da extrema-direita seriam combatidas com toda a determinação pelas autoridades, com o objetivo de defender os “*princípios de multiracialidade que distinguem a alma portuguesa*” (*Correio da Manhã*, 11 de janeiro de 1990). Partindo dessa afirmação, algumas perguntas podem ser formuladas: como Portugal passou de um contexto onde cultivava o mito da sociedade multiétnica e inclusiva (MONTEIRO; PINTO, 2004, p. 61-62; e ROSAS, 2001, p. 1035) para um panorama onde grupos de direita radical ganham espaço político? Como foi possível transformar o paradigma da comunhão de diversas culturas e “raças” diferentes, em um cenário onde são recorrentes manifestações de racismo e xenofobia? Por mais paradoxal que possa parecer, é possível que a direita radical tenha encontrado

³² PNR (3).

³³ Folheto do PNR referente às eleições europeias de 2004.

³⁴ Conforme o presidente do PNR, em texto de setembro de 2014: “*O perigo que representa a expansão islâmica e a sua invasão da Europa, não só para a nossa segurança mas também para a nossa Civilização e modo de vida, tornou-se recentemente óbvio até mesmo para os mais desatentos. Da nossa parte, há muito que vínhamos alertando para esta situação. (...) o crescimento das populações islâmicas que já estão na Europa é assustador, tratando-se de gente portadora de uma cultura que se revela quase sempre hostil, pelo que todas as suas vertentes que não se mostrem em conformidade com os valores e a cultura europeia têm que ser erradicadas urgentemente.*” (PINTO-COELHO, 2014).

melhores condições para o seu desenvolvimento nos anos democráticos pós 1974, do que durante o Estado Novo de Salazar?

A resposta a essas questões deve levar em conta que a idealização multiracial, criada pela propaganda do salazarismo, certamente mascarava eventuais problemas de caráter étnico existentes na sociedade portuguesa do Estado Novo. Todavia, deve-se levar em conta que o fluxo migratório para Portugal aumentou muito após o regime autoritário. Vários fatores se conjugaram para isso ocorresse, especialmente a partir de 1980. Em um contexto internacional, o padrão tecnológico baseado na informática valorizou o “capital pensante” nos países centrais, acelerando a desigualdade com a exclusão dos países periféricos, envoltos na crise do endividamento externo (HAESBAERT, 1998, p. 17). Como consequência, aumentou a imigração dos países periféricos para os países centrais. Apesar de não estar entre os países mais ricos da Europa, Portugal gozava do status de país central no sistema formado com as suas antigas colônias, como Brasil, Angola, Moçambique, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, o que implicou no aumento da imigração oriunda destes países.³⁵

Também é significativa nesse panorama a assinatura do Acordo de Schengen, em 1985, que permitiu a livre circulação de pessoas entre os países signatários. É condição para todos os países membros da União Europeia aceitarem as condições do Acordo de Schengen. Portugal aderiu ao acordo em 1991, abrindo assim suas fronteiras para a circulação de cidadãos europeus e também de turistas que tenham ingressado na Europa a partir de outro país do espaço Schengen. O aumento do aporte de cidadãos europeus, turistas e imigrantes viria a contrastar com a “identidade mítica” pregada pela direita radical, que caracterizava Portugal como um país homogêneo em termos linguísticos, culturais e religiosos (CABECINHAS, 2002, p. 73-74).

³⁵ Desde 1980, as estatísticas apontam um crescimento contínuo do número de estrangeiros residentes no país. Além das antigas colônias, também aumentou o número de imigrantes oriundos do Leste Europeu, sobretudo de ucranianos, russos, búlgaros e romenos. Também é significativo o aporte de asiáticos vindos de países como China, Índia e Bangladesh. Conforme os dados coletados nos últimos censos, o número de estrangeiros residentes em Portugal passou de 127.370, em 1991, para 232.695, em 2001, o que representou um crescimento de aproximadamente 83% e contribuiu em 22% para o acréscimo populacional observado no país na década de 1990. Estes números levam em consideração apenas as “autorizações de residência” fornecidas pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal, portanto, não estão contabilizadas as “autorizações de permanência” nem os imigrantes ilegais. Conforme a própria Presidência da República Portuguesa, “trata-se de uma evolução subestimada dada, em particular, a existência de um número considerável de autorizações de permanência e indeterminado número de imigrantes ilegais, ou seja, efectivamente residentes, mas sem autorização administrativa de residência.” (Presidência da República, 2006).

A marginalização da direita radical durante os anos de Salazar, também contribuiu para a diluição das ideias mais extremistas, que não encontravam canais adequados para serem manifestadas politicamente. Uma particularidade do nacionalismo salazarista dizia respeito à ausência de mobilização política das massas. Tratava-se de um regime de “*neutralização da vida política*”, que pretendia “*fazer das massas um sujeito passivo de inculcação e nunca um sujeito ativo da vida política*” (CRUZ, 2000, p. 39). Ao contrário de seus contemporâneos nacionalistas italianos e alemães dos anos 20 e 30, o regime do Estado Novo português buscava a apatia das massas, e não a sua agitação. Salazar foi relutante em convocar as multidões para as ruas (BIRMINGHAM, 1998, p. 159). De acordo com Salazar, seu regime era popular, mas não de massas. A relação do salazarismo com estas era de “*fazer diminuir a febre*”, “*arrefecer a vida política*” e “*acalmar os espíritos*”. A política era responsabilidade do governo, e não do povo (CRUZ, 2000, p. 39). As relações entre o Nacional-Sindicalismo e o governo de Salazar, por exemplo, sempre foram distantes. Embora nos seus primórdios o N/S demonstrasse apoio à ditadura, a recíproca nunca foi verdadeira. Salazar procurou ignorar o N/S o quanto pode. Quando o movimento cresceu de forma significativa, o ditador buscou afirmar seu afastamento em relação à organização e tornou-a ilegal em setembro de 1933 (ALMEIDA, 2014, p. 151). Nas décadas seguintes, também não houve uma ressonância direta entre as diversas organizações de direita radical e o governo salazarista. O que havia, em alguns casos, eram conexões entre membros do regime e os movimentos de direita, conivências em relação à censura de suas publicações e às suas manifestações, etc. (GUARDIÃO, 2012, p. 8-9). Assim, percebe-se que a ala mais extremista da direita radical esteve sempre sob vigilância durante o regime autoritário.

Todavia, após a Revolução dos Cravos, o desmantelamento das instituições salazaristas de inteligência e vigilância permitiu aos setores de direita mais extremistas um ímpeto maior para ações diretas. Também a branda aplicação da legislação existente para punir alguns dos chamados “crimes de ódio”, com conotação racial ou xenofóbica, constituiu um fator importante na rearticulação da direita radical. É possível perceber que há uma continuidade entre as levas *skinheads* dos anos oitenta, noventa e também no século XXI (ALMEIDA, 2014). Outro ponto fundamental para a organização da direita radical no período democrático foi a revolução tecnológica nos meios de comunicação. Os recursos da rede mundial de computadores foram (e são) amplamente utilizados pelos grupos de direita radical, tanto para doutrinação e propaganda, quanto

para arregimentação de novos membros. Por outro lado, a cobertura da imprensa portuguesa, em grande parte sensacionalista, auxiliou a transformar membros da direita radical, como Mário Machado e José Pinto-Coelho, em personagens conhecidos nacionalmente.

A ênfase dada neste trabalho à atuação da direita radical não significa que o racismo e a xenofobia constituam uma tendência na sociedade portuguesa. Sem dúvida, as manifestações da direita radical vêm crescendo nos últimos anos, mas isso não implica necessariamente em uma aceitação de suas ideias por parte significativa da população. A análise dos votos da população portuguesa no único partido de direita radical disponível indica que a adesão do cidadão comum ao discurso da direita radical é pequena. Apesar de um crescimento constante, o desempenho eleitoral do PNR continua insignificante.³⁶ A atuação da direita radical em Portugal se restringe a grupos numericamente pequenos que, todavia, recebem uma constante atenção da mídia. Mesmo sendo numericamente pouco expressivas, tais organizações tornam-se relevantes em função de suas ações violentas ou do considerável espaço que a imprensa portuguesa reserva para seus personagens.

Referências

- ALMEIDA, Fábio Chang de. *A direita radical no Portugal democrático: os rumos após a Revolução dos Cravos (1974-2012)*. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- _____. A “Nova” Extrema-Direita: o caráter grupuscular das organizações neofascistas em Portugal e na Argentina. In: *Locus (UFJF)* – Revista de História (periódico do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora), v. 18, p. 187-208, 2012.
- _____. *A serpente na rede: extrema-direita, neofascismo e internet na Argentina*. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- _____. Neofascismo, Internet e História do Tempo Presente. In: SILVA, Michel Goulart; SOUSA, Fernando Pontes de (Orgs.). *Ditadura, repressão e conservadorismo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011a.
- _____. O Historiador e as Fontes Digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos* – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, Porto Alegre, v. 3, n. 8, jan.-jun. 2011b.
- ALMEIDA, Fábio Chang de; CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo e novas mídias: uma análise sobre a “Ação dos Blogs Integralistas”. In: GONÇALVES, Leandro Pereira; SIMÕES, Renata Duarte (Orgs.). *Entre tipos e recortes: histórias da imprensa integralista*. Guaíba: Editora Sob Medida, 2012. v. 2.

³⁶ Por exemplo, nas eleições para a Assembleia da República: Em 2001, o PNR conquistou 4712 votos, o que representou 0,09% do total. Em 2005, 9374 votos, 0,16% do total. Em 2009, 11503 votos, 0,20% do total. Em 2011, 17548 votos, 0,31% do total. (dados do Portal do Eleitor)

- BIRMINGHAM, David. *A Concise History of Portugal*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CABECINHAS, Rosa. *Racismo e etnicidade em Portugal*: uma análise psicosociológica da homogeneização das minorias. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 2002.
- COSTA, José Mourão da. O Partido Nacional Renovador: a nova extrema-direita na democracia portuguesa. In: *Análise Social*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLVI, n. 201, 2011.
- CRUZ, Manuel Braga. Nacionalismo e autoritarismo no Estado Novo. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Dir.). *25 de Abril*: Textos científicos. Coimbra: Universidade de Coimbra, Centro de Documentação 25 de Abril, 2000.
- DAMÁSIO, Manuel de Almeida. *Contributos para a história do ensino superior em Portugal*: o caso “Universidade Livre” e a evolução do ensino superior privado após o 25 de Abril. Tese (Doutorado em História) – Departamento de Ciências da Educação e do Patrimônio, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, Porto, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/123456789/298>>. Acesso em: jun. 2012.
- FERNANDES, Maria de Fátima Carrilho. *O neonazismo em Portugal*: real e virtu@l – estudo exploratório. Dissertação (Mestrado em Guerra da Informação) – Direção de Ensino, Departamento de Estudos Pós-Graduados, Academia Militar, Lisboa, 2010.
- GRIFFIN, Roger. From slime mould to rhizome: introduction to the groupuscular right. *Patterns of Prejudice*, Londres: Routledge, v. 37, n. 1, 2003.
- GUARDIÃO, Ana Filipa. *Nacionalismos de oposição* – comunistas e radicais de direita no período do Estado Novo Salazarista. Working paper n. 18 – Observatório Político. Disponível em: <http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2012/10/Workin-Paper-Ana-Guardi%C3%A3o_Formatado-1-2.pdf>. Acesso em: maio 2015.
- HAESBAERT, Rogério. Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo. In: HAESBAERT, Rogério (Org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: EdUFF, 1998.
- HEBDIGE, Dick. *Subculture*: the meaning of style. Londres: Routledge, 1991.
- LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta. Introduction: An anthology about the manifestations and development of the radical right in Europe. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (Eds.). *Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acessado em: jan. 2014.
- MARCHI, Riccardo. A extrema-direita portuguesa na “Rua”: da transição à democracia (1976-1980). In: *Locus (UFJF)* – Revista de História (periódico do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora), v. 18, p. 168-186, 2012a.
- _____. At the roots of the new right-wing extremism in Portugal: the National Action Movement (1985-1991). *Totalitarian Movements and Political Religions*, v. 11, n. 1, março de 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1080/14690764.2010.499670>>. Acesso em: abr. 2014.
- _____. A direita radical em Coimbra (1945-1974). *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLIII, n. 3, 2008.
- _____. As direitas radicais no Estado Novo (1945-1974). *Ler História*, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, n. 57, 2009a.

- MARCHI, Riccardo. *Folhas ultras*: as idéias da direita radical portuguesa (1939-1950). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2009b.
- _____. *Império, Nação, Revolução*: as direitas radicais portuguesas no fim do Estado Novo (1959-1974). Alfragide: Texto, 2009c.
- _____. The Portuguese radical right in the democratic period. In: GODIN, Emmanuel; JENKINS, Brian; MAMMONE, Andrea (Eds.). *Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe*: From Local to Transnational. New York: Routledge, 2012b.
- MEDINA, João. *Salazar e os fascistas*. Lisboa: Livraria Bertrand, 1978.
- MINKENBERG, Michael. The radical right in Europe today: trends and patterns in East and West. In: LANGENBACHER, Nora; SCHELLENBERG, Britta (Eds.). *Is Europe on the “right” path? Right-wing extremism and right-wing populism in Europe*. Friedrich-Ebert-Stiftung Forum Berlin. Project “Combating right-wing extremism”. Bonn: Bonner Universitäts-Buchdruckerei, 2011. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/do/08338.pdf>>. Acessado em: jan. 2014.
- MONTEIRO, Nuno G; PINTO, António Costa. A identidade nacional portuguesa. In: PINTO, António Costa (Coord.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote, 2004.
- PINTO, António Costa. “Caos e ordem”: Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário. In: SILVA, Giselda Brito et al. (Orgs.). *Histórias da política autoritária*: integralismos, nacional sindicalismo, nazismo, fascismos. Recife: UFRPE, 2010.
- _____. O legado do autoritarismo e a transição portuguesa para a democracia, 1974-2004. In: LOFF, Manuel; PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (Coords.). *Portugal, 30 anos de democracia (1974-2004)*. Porto: UP, 2006.
- _____. *Os camisas azuis*: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal (1914-1945). Lisboa: Editorial Estampa, 1994.
- ROSAS, Fernando. O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo. *Análise Social*, Lisboa: ICS-UL, v. XXXV, n. 157, 2001.
- SABINO, Catarina et al. *The making of policies of immigration control in Portugal*. Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações. Instituto Superior de Economia e Gestão. Universidade Técnica de Lisboa, 2010. Disponível em: <http://pascal.iseg.utl.pt/~socius/publicacoes/wp/WP_2_2010.pdf>. Acesso em: jan. 2012.
- SCIRICA, Elena. *Educación y guerra contrarrevolucionaria*: una propuesta de Ciudad Católica-Verbo. *Clio & Asociados*: La Historia Enseñada. n. 11. Facultad de Humanidades y Ciencias. UNL: Santa Fe, Argentina, 2007.
- ZÚQUETE, José Pedro. Novos tempos, novos ventos? A extrema-direita europeia e o Islão. *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, v. XLVI, n. 201, 2011.

Fontes

Periódicos diversos:

- BRANCO, Sofia. Procuradoria considera que cartaz do Partido Nacional Renovador não é ilícito. *Público*, Lisboa, 30 mar. 2007.
- CABRAL, Luís Manuel. O líder do movimento “skinhead” português. *Diário de Notícias*, 28 de agosto de 2008. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1006000&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em: jan. 2015.
- CÂMARA, Ana Cristina; GUERREIRO, Pedro. PNR ao ataque. *Semanário Sol*, 14 abr. 2007.
- COELHO, Sofia Pinto. Odiados e orgulhosos. *Expresso*, 7 jun. 1997.

CORREIO da Manhã. Ministro promete dar guerra aos “skin-head”. *Correio da Manhã*, 11 jan. 1990.

MARQUES, José Carlos; e SIMÕES, Sônia. Judiciária prende skins. *Correio da Manhã*, 19 abr. 2007.

PEIXOTO, Jorge. Nacionalistas sim! Fascistas... não.” *Revista Sábado*, n. 33, 4 fev. 1989.

PINTO, Nuno Tiago. Conhece este homem? *Revista Sábado*, 4 abr. 2007.

RATTNER, Jair. “Português confessa ter feito bomba que matou premiê”, *BBC Brasil*, 29 nov. 2006. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/11/061129_portugal_aviao_dg.shtml>. Acesso em: ago. 2014.

REDAÇÃO/JF. PNR: só um juiz pode ordenar remoção de cartaz. *Portugal Diário*, 7 out. 2008. Disponível em: <<http://diario.iol.pt/politica/pnr-pinto-coelho-marinho-pinto-cartaz-lisboa-sa-fernandes/999598-4072.html>>. Acesso em: ago. 2014.

SOUZA, Rui Ferreira e. A força velha. *Revista Face*, 25 maio 1989.

“Skinheads” do Porto mataram militante do PSR. *Diário de Notícias*. Lisboa, 25 jul. 1990. Disponível em: <http://www.dn.pt/especiais/interior.aspx?content_id=1007222&especial=Extrema%20Direita&seccao=SOCIEDADE>. Acesso em: jan. 2015.

Fanzines e jornais da direita radical:

– Jornal Acção

Acção, n. 2, p. 3. mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Acessado em: set. 2012, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

EMÍLIO, Rodrigo. O nosso 28 de Maio. *Acção*, n. 3, p. 1, maio-ago. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Acessado em: nov. 2012, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

HENRIQUES, Luis Paulo. Um ano depois: a luta continua. *Acção*, n. 3, p. 2, maio-ago. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira, acessado em: jan. 2015, <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>.

O nosso combate. *Acção*, n. 2, p. 1, mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em: nov. 2012.

TAVEIRA, Jorge Manuel. Imigração: o princípio do fim. *Acção*, n. 2, p. 1, mar.-abr. 1986. Arquivo particular de José Pacheco Pereira. Disponível em: <<http://ephemerajpp.wordpress.com>>. Acesso em: nov. 2012.

– Vanguarda Nacional

O homem novo. *Vanguarda Nacional*, n. 3, set.-out. 1984, Amadora, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

A nossa filosofia. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio 1984, Amadora, p. 2. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

ERLACH, Otto. Socialismo, nacionalismo, biologismo. *Vanguarda Nacional*, n. 1, maio de 1984, Amadora, p. 9. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa.

– Vento do Norte

LIMA, Carlos. Skinheads Portugal. In: *Vento do Norte*, n. 2, primavera de 1988, Amadora. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Panfletos e cartazes:

MAN. “Face à miséria e à corrupção, um novo Portugal”. *Panfleto de propaganda do MAN*, sem data. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

PNR. *Folheto referente às eleições europeias de 2004*. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa.

Sites da direita radical:

– Blog Aliança Nacional

RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (2) Texto publicado em 13 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-erculo-de-estudos-sociais_13.html>. Acesso em: mar. 2012.

RODRIGUES, António da Cruz. O que foi o Círculo de Estudos Sociais VECTOR? (3) Texto publicado em 14 de março de 2006 no *blog* Aliança Nacional – Nação & Liberdade. Disponível em: <http://nacionalismo-de-futuro.blogspot.com.br/2006/03/o-que-foi-o-erculo-de-estudos-sociais_14.html>. Acesso em: mar. 2012.

– Blog Homem Lobo

Comunicado n. 1 da PHS, publicado no *blog* Homem Lobo, de autoria de Mário Machado, em 31 de janeiro de 2005. Disponível em: <http://homemlobo.blogspot.com.br/2005/01/hammerskins-portugal_31.html>. Acesso em maio de 2012. Texto também reproduzido no fórum Stormfront em 09 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.stormfront.org/forum/t520375>>. Acesso em: maio 2012.

– Site Causa Nacional

“Pontos Programáticos do Movimento de Ação Nacional”. Disponível em: <<http://www.causanacional.net/index.php?itemid=155>>. Acesso em: mar. 2015.

– Site do PNR

PINTO-COELHO, José. A ameaça do Islão e os verdadeiros culpados. Texto publicado no *site* do partido em 12 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/mensagem-do-presidente/ameaca-islao-os-verdadeiros-culpados>>. Acesso em: maio 2015.

(1) PNR. “Novo cartaz: As ideias não se apagam, discutem-se.” Texto publicado no *site* do partido em 13 de abril de 2007. Disponível em: <<http://www.pnr.pt/2007/04/13/novo-cartaz-as-ideias-nao-se-apagam-discutem-se>>. Acesso em: jan. 2015.

(2) PNR. “Novo “outdoor” do PNR.” Texto publicado no *site* do partido em 28 de maio de 2010. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=547&Itemid=119>. Acesso em: ago. 2010.

(3) PNR. “Perguntas mais frequentes”. Texto publicado no *site* do partido em 25 de setembro de 2005. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=103>. Acesso em: ago. 2010.

(4) PNR. “PNR coloca novo cartaz em Lisboa contra a imigração”. Texto publicado no *site* do partido em 30 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.pnr.pt/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=412&Itemid=15>. Acesso em: ago. 2010.

Outros documentos:

Acórdão nº 97P1203 do *Supremo Tribunal de Justiça*. Disponível em: <<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/dd1cc4e3936cccd49802568fc003b7da0?OpenDocument>>. Acesso em: jan. 2013.

Conclusão, 10.10.96, parágrafos 7º ao 14. *Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa*. Acervo da Organização SOS Racismo, Lisboa, Portugal.

Portal do Eleitor. *Histórico de resultados das eleições em Portugal*. Disponível em: <<http://www.portaldoeleitor.pt/Paginas/HistoricodeResultados.aspx>>. Acesso em: maio 2015.

Presidência da República. *Diagnóstico*: os números possíveis da imigração em Portugal. Página oficial da Presidência da República Portuguesa. Outubro de 2006. Disponível em: <<http://www.presidencia.pt/?idc=24&idi=1743&idl=2>>. Acesso em: maio 2015.